

# Novas metas devem ser definidas em uma semana

*Objetivo é que o anúncio do programa seja feito com Armínio Fraga já confirmado para o BC*

**PAULO SOTERO**  
Correspondente

**W**ASHINGTON – Os novos termos do acordo entre o Brasil e o Fundo Monetário Internacional (FMI) devem ser conhecidos até o fim da próxima semana. Os funcionários do governo e do FMI trabalham com a perspectiva de concluir a tarefa na quinta ou sexta-feira. Idealmente, o anúncio do novo programa será coordenado com a confirmação, pelo Senado, do economista Armínio Fraga Neto para a presidência do Banco Central.

Produzir notícias positivas, que agradem os investidores, está no centro da batalha pela reconquista da credibilidade que o governo terá de vencer para tirar o País da crise. O presidente do Senado, Antônio Carlos Magalhães, quer fazer a sabatina de Armínio na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) na próxima semana, tão logo estejam reconstituídas as mesas das diferentes comissões para o novo período legislativo.

Um porta-voz do FMI esclareceu ontem que não houve “adiamento”

na aprovação do novo acordo – e do novo desembolso de recursos – para março, “pois nunca houve previsão de que isso poderia ocorrer em fevereiro”. A expectativa de aprovação acelerada do novo acordo, ainda este mês, existiu entre alguns executivos de grandes bancos internacionais, mas dissipou-se depois da visita que o vice-presidente do Citibank, William R. Rhodes, fez a Brasília, antes do carnaval.

O Fundo Monetário observará o prazo habitual de pelo menos duas semanas para que seus 24 diretores-executivos examinem o novo programa brasileiro antes de discuti-lo e votá-lo. Nesse período, o governo efetivará as medidas adicionais de ajuste fiscal e a Câmara de Deputados fará a primeira votação do aumento da Contribuição Permanente sobre a Movimentação Financeira (CPMF), marcada para 10 de março. A aprovação da nova CPMF já era condição para a liberação dos desembolsos adicionais do crédito de US\$ 41,5 bilhões do FMI na primeira versão do acordo, que foi votada pelo conselho do FMI no início de dezembro.

Nesse cenário, o desembolso da segunda parcela, de pouco mais de US\$ 9 bilhões, ocorrerá na segunda quinzena de março. Mantido esse cronograma, o ministro da Fazenda, Pedro Malan, deverá visitar alguns países europeus na segunda semana de março para vender o novo programa e negociar as condições de acesso à parcela do segundo desembolso do FMI (cerca de metade) proveniente dos aportes feitos pelos 20 governos que contribuíram para o crédito. Alguns governos indicaram, inicialmente, que pediriam garantias para o segundo desembolso, um ponto que certamente será discutido agora. Ainda não é certo, mas Malan poderá usar um dos seminários preparatórios à reunião anual do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), de 15 a 17 de março em Paris, para iniciar o marketing internacional do novo programa.

Segundo pessoas familiarizadas



Dida Sampaio/AE

*Fraga: sabatina deve ocorrer na próxima semana, segundo senador*

## **D**ESEMBOLSO DEVE SAIR NA 2.ª QUINZENA DE MARÇO

com as negociações em curso na sede do Fundo, em Washington, as conversas “estão indo muito bem” e a previsão de desembolso na segunda quinzena de março “é realista”. O acordo será fiel aos critérios

anunciados há pouco mais de duas semanas, em Brasília, depois da visita do vice-diretor-gerente do FMI, Stanley Fischer.

O acordo conterá novas medidas fiscais para cobrir o déficit adicional criado pela desvalorização da moeda. As medidas envolverão cortes de despesas e serão tomadas pela via administrativa, dispensando autorização prévia do Congresso. Alguns cortes de gastos serão imediatos. Outros ocorrerão a médio prazo. Entre eles, o governo estuda, por exemplo, a venda de propriedades federais no Rio de Janeiro e a consolidação das atividades da administração na antiga capital da República em um número menor de prédios, com a redução de pessoal e das despesas de custeio.

O acordo confirmará, também, o propósito já anunciado pelo governo de aprofundar o programa de privatização. Fonte oficial confirmou ontem ao *Estado* que ainda este mês deverá ser constituída uma comissão para estudar as modalidades de consolidação e privatização das atividades hoje realizadas por quatro instituições financeiras federais que funcionam como bancos comerciais: Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Banco do Nordeste e Banco da Amazônia.

A privatização da Petrobras não é um tema ativo ou prioritário, mas está na agenda, para uma fase mais adiantada do processo. Tanto o BB como a Petrobras já são empresas semi-privatizadas, pois parte substancial de suas ações está na mão do público e é negociada no mercado. No caso da privatização da Petrobras, a discussão, quando ocorrer, será em torno de uma fórmula que permita ao Estado manter o controle da empresa, como manda a lei, sem deter a maioria das ações.